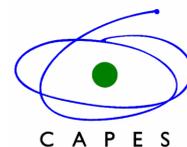




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PRÓ REITÓRIA DE ENSINO E EDUCAÇÃO À DISTANCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - PARFOR**



EDY FRANCE CAMPOS DA SILVA MONTEIRO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A importância do AEE para os alunos com
deficiência auditiva**

**GUARABIRA-PB
2014**

EDY FRANCE CAMPOS DA SILVA MONTEIRO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A importância do AEE para os alunos com deficiência
auditiva**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Ms. Luana Anastácia Santos de Lima

GUARABIRA-PB
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M772e Monteiro, Edy France Campos da Silva
Educação inclusiva [manuscrito] : a importância do AEE para os alunos com deficiência auditiva / Edy France Campos da Silva Monteiro. - 2014.
31 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Luana Anastácia Santos de Lima, Secretaria de Educação à Distância".

1. Educação Inclusiva. 2. Acessibilidade. 3. Inclusão Escolar. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

EDY FRANCE CAMPOS DA SILVA MONTEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

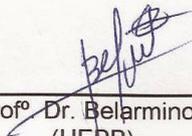
Data da avaliação: 02 / 08 / 2014

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof^a. Ms. Luana Anastácia Santos de Lima
(UEPB)



Examinador: Prof^o Dr. Belarmino Mariano Neto
(UEPB)



Examinador (a): Prof^a. Dr^a. Taíses Araújo da Silva Alves
(UEPB)

GUARABIRA-PB

2014

DEDICATÓRIA

A Deus, por todas as bênçãos que sobre mim tem derramado. A minha família, especialmente, a minha mãe, mulher guerreira, amiga e incentivadora deste sonho desde minha infância, ela que me ensinou a buscar e amar o conhecimento e sempre esteve ao meu lado sacrificando tudo para que este momento se concretizasse.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Senhor meu Deus todo poderoso, que me concedeu tudo de bom e maravilhoso que possuo até então e que abençoou minha vida sem me deixar desanimar diante dos obstáculos no decorrer do curso e por fazer com que este sonho se realizasse;

A todos que de forma direta ou indireta cooperaram para este feito tão idealizado;

Ao meu amado esposo João Monteiro de Melo, pelo apoio incondicional, companheirismo, amor e compreensão em todos os momentos, inclusive nas horas de desânimo e cansaço sempre ao meu lado;

A meus filhos Edla Rebeca e João Filho razão de minha existência;

A minha família que sempre contribuiu para a conclusão do curso, me dando apoio a todo tempo;

Aos professores por toda experiência adquirida, em especial, o professor Anibal Menezes, o professor José Otávio, a professora Vanuza Valério, e a coordenadora professora Monica Guedes que me inspiraram profissionalmente na formação acadêmica e a professora Luana Anastácia dos Santos Lima pela paciência na orientação e força que tornaram possível a conclusão deste trabalho;

As companheiras de sala do meu município Cristiane França, Marinalva Honório, Simone Rodrigues, Maria José que me auxiliaram nas atividades e Naiara Catiana Lima que trilhou comigo todos os passos que se faz necessário nesta árdua e doce caminhada na bonita jornada pedagógica sempre juntas;

A Prefeitura Municipal de Gurinhém que garantiu o transporte dos cursistas até a Universidade;

Ao motorista Adriel Ribeiro que dirigiu com toda alegria durante todo o curso;

A senhora Eliane de Fatima Britto Freire que me deu esta oportunidade;

Aos meus pais Francisca Campos e Evandro Candoia por todo sacrifício e empenho para me educar e me ensinar a ir em busca de meus sonhos com coragem e fé em Deus;

A Wagna Maria e todos que me ajudaram e acreditaram neste dia especial.

Obrigada!

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces” (ARISTÓTELES)

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência em salas de aulas do ensino regular, vem ganhando cada vez mais espaço. Esse espaço vem sendo conquistado a partir de leis, decretos e políticas públicas para a educação inclusiva, com a visão de incluir pessoas com deficiência em escolas regulares. Pelas dificuldades surgem a preocupação: Como inserir alunos portadores de deficiências nas salas de aula do ensino regular? Deste modo, o tema Educação Inclusiva: a importância do AEE para os alunos com deficiência auditiva tem como objetivo geral analisar a contribuição do AEE para os alunos com deficiência auditiva, identificando as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos na escola regular, caracterizando a escola objeto de estudo, considerando o histórico e os aspectos legais da educação inclusiva. A escolha do tema foi motivada pela resistência em relação a inclusão de pessoas portadoras de deficiências por parte da comunidade escolar e dos próprios alunos que ficam olhando de forma diferente para as crianças "diferentes". A pesquisa tem o caráter exploratório e qualitativo e tomou como parâmetro as leis que dão respaldo às pessoas portadoras de deficiência nas escolas do ensino regular. O referencial teórico está baseado na Constituição Federal (1988), Sassaki (1997), Freire (1985), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outros. Neste contexto, observou-se que houve significativas mudanças no município de Gurinhém em relação a inclusão de deficientes no ensino regular com o apoio do AEE.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Superação.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in the regular classroom teaching, is gaining more space. This space has been conquered from laws, ordinances and policies for inclusive education, with the vision to include people with disabilities in regular schools. The difficulties arise concern: Entering students with disabilities in regular classrooms teaching? Thus, the theme of Inclusive Education: the importance of AEE for students with hearing loss has the general objective to analyze the contribution of AEE for students with hearing impairment, identifying the difficulties encountered in the process of inclusion of students in the regular school, characterizing the school studied, considering the historical and legal aspects of inclusive education. The choice of topic was motivated by resistance towards the inclusion of people with disabilities by the school community and the students themselves who are looking differently to the "different" children. The research is exploratory and qualitative in nature and took as parameters the laws that give support to disabled people in mainstream schools. The theoretical framework is based on the Federal Constitution (1988), Sassaki (1997), Freire (1985), Salamanca Statement (1994), Law of Directives and Basis of National Education (1996), Statute of Children and Adolescents (1990), among others. In this context, it was observed that there were significant changes in the municipality of Gurinhém regarding the inclusion of disabled people in mainstream education with support from AEE.

Keywords: Inclusion. Education. Overcome.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Entrada da sala do AEE

FIGURA 2: Sala de aula do AEE

FIGURA 3: Alfabeto em LIBRAS

FIGURA 4: Números em LIBRAS

FIGURA 5: Fachada da escola

FIGURA 6 e 7: Conversa entre intérprete e aluno com deficiência auditiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
2.1 Histórico e conceito.....	13
2.2 Fundamentos Legais.....	14
2.3 Concepções e princípios.....	17
3 A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E LETRAMENTO PARA O AVANÇO E APRENDIZAGEM.....	19
3.1 Deficiência auditiva.....	20
4 METODOLOGIA.....	23
4.1 Universo da pesquisa.....	24
4.2 Sujeitos.....	25
4.3 Instrumentos.....	25
4.4 Atuação do intérprete.....	25
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICES.....	31

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência em salas de aulas do ensino regular vem ganhando cada vez mais espaço. Esse espaço vem sendo conquistado a partir de leis, decretos e políticas públicas para a educação inclusiva, com a visão de incluir pessoas com deficiência em escolas regulares.

O respaldo legal para abrir a escola regular para pessoas com deficiência como um procedimento de adaptação e inclusão está na lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Capítulo v, artigos 58 e 59.

Neste sentido, a metodologia da escola vem se adaptando a um novo público, pois com a ótica de que temos que mudar para incluir está sendo enfatizada. A partir da abertura das escolas regulares para as pessoas com deficiência, permitiu transformações no espaço físico escolar e no currículo, respeitando assim as diferenças de cada um e incentivando o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes que precisam desse contato.

Apesar de a educação inclusiva nas escolas regulares requer além de adaptações curriculares, também é necessário investir na formação dos professores e contar com o apoio especialistas para alunos com deficiência.

Por estas dificuldades surge a preocupação: Como inserir alunos portadores de deficiências nas salas de aula do ensino regular? Mesmo com toda expectativa da família, do estado e das pessoas com deficiência em relação as políticas públicas de inclusão, a realidade é bem diferente.

Se por um lado, há um empenho em inserir essas pessoas na escola, por outro lado, falta informação, tanto para a família, quanto para a própria escola e os profissionais que nela atuam. Pois, não é simplesmente colocar essas crianças na sala de aula, mas dispor de recursos didáticos, recursos humanos preparados. Isso é, dificultado ainda mais quando se trata de município pequeno, como é o caso de Gurinhém.

Deste modo, o tema Educação Inclusiva: a importância do AEE para os alunos com deficiência auditiva tem como objetivo geral analisar a contribuição do AEE para os alunos com deficiência auditiva, identificando as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos na escola regular, caracterizando a escola objeto de estudo, considerando o histórico e os aspectos legais da educação inclusiva.

A escolha do tema foi motivada pela resistência em relação a inclusão de pessoas com deficiências por parte da comunidade escolar e dos próprios alunos que ficam olhando de forma diferente para as crianças “diferentes”. A inclusão implica em mudanças no sentido geral da educação, causando alterações na prática educativa, estrutura física e até com o psicológico de algumas pessoas que tem outra visão dessa realidade.

A pesquisa tem o caráter exploratório e qualitativo e tomou como parâmetro as leis que dão respaldo às pessoas com deficiência nas escolas do ensino regular. O referencial teórico está baseado na Constituição Federal (1988), Sasaki (1997), Freire (1985), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outros.

Com base nas argumentações fornecidas por estas fontes, este trabalho ficou estruturado em cinco capítulos distintos. No primeiro capítulo, temos a introdução com objetivos e justificativa. No segundo, intitulado política pública para educação inclusiva, destacamos o histórico e o conceito, os fundamentos legais, as concepções e princípios. No terceiro capítulo, observa-se a importância do AEE no processo de educação e letramento para o avanço e aprendizagem com ênfase para deficiência auditiva. No quarto, é apresentado a metodologia com o universo da pesquisa, a Pesquisa de campo, Sujeitos, Instrumentos, a atuação do intérprete e Análise dos resultados. Por fim, as considerações finais têm o papel de apontar as possíveis soluções para o problema apresentado pela pesquisa.

2 POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O processo de inclusão caracteriza-se pelo movimento feito pela sociedade a fim de adaptar-se para poder introduzir em seus sistemas e em sua realidade os portadores de deficiências e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Este é um processo em que a sociedade busca encontrar soluções de promover a igualdade gerando oportunidades para todos.

2.1 Histórico e Conceito

A educação inclusiva é um movimento fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania tendo por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, para garantir o direito a igualdade e diferença transformando os sistemas de ensino, de modo a propiciar a participação de todos os alunos, com foco específico naqueles vulneráveis à marginalização e a exclusão.

Essa temática tem sido bastante discutida na sociedade nos dias atuais, que tem por objetivo introduzir as pessoas com deficiência no meio social em que vivem. De acordo com a Constituição Federal (1988) Art. 205, “a educação é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ao afirmar que a educação é direito de todos, é necessário que se compreenda que a educação baseia-se na plena aceitação das diferenças e na valorização do ser humano, independente de fatores físicos e psíquicos. Neste sentido, é que se pensa na inclusão, onde todos tenham os mesmos direitos e possam gozar desses direitos sem distinção, valorizando as diferenças e considerando o potencial de todos.

Com o avanço da ciência, vários estudos descobriram que há deficiências que ¹tem causas genéticas. Durante muito tempo, pensava-se que pessoas com deficiência eram vítimas de castigos divinos ou possessão diabólica¹.

¹ Tal proposta foi abordada na Campanha da Fraternidade no ano de 2006.

Com as descobertas da medicina, pode-se obter respostas para alguns problemas e as pessoas com deficiências começaram a ser atendidas em entidades filantrópicas de ordem religiosa ou em asilos que para muitos seria sua moradia até o fim da vida.

Na década de 50 e 60, surge o movimento de pais que teve o direito de matricular os seus filhos em escolas comuns vetados. Mas, a década de 70 compõe-se a fase da integração, uma mudança filosófica em direção a educação imparcial, quando o aluno com deficiência se identifica ao regime da escola, mas, sem modificações ou adaptações no sistema de ensino.

Nos anos 80 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, a educação de qualidade para todos, valorizando a diversidade declarada em documentos essenciais como: a Declaração de Salamanca, Carta para o Terceiro Milênio, Convenção de Guatemala, Declaração das Pessoas Deficientes, Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão, e decretos internacionais que garantem a acessibilidade a pessoas com deficiências.

No Brasil, leis como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano da Educacional de Educação, também contemplam a educação de forma inclusiva.

2.2 Fundamentos legais

A educação inclusiva exige a parceria de órgãos governamentais e não-governamentais, além de alianças nas áreas da saúde, trabalho, justiça, bem estar social e infraestrutura.

A declaração de Salamanca, que foi referido e adotado por mais de 300 participantes representando 92 países e 25 organizações internacionais na Conferência Mundial sobre Educação de pessoas com deficiência, realizada na cidade de Salamanca, Espanha, em Junho de 1994, com o patrocínio da Unesco e do governo Espanhol, em nossa visão é o texto mais completo sobre inclusão. Seus parágrafos evidenciam que a educação inclusiva não se refere apenas aos deficientes mas sim a todas as pessoas (SASSAKI, 1997).

A Declaração de Salamanca (*apud* MEC, 1994) tem como princípio:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistema educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implantados no sentido de se levar em conta à vista diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas devem prover uma educação efetiva a maioria das crianças aprimorando a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

O direito a educação é assegurado em vários documentos legais do Brasil. Não é diferente com a Educação Especial, pois de acordo com a Declaração acima citada, é direito de todos o acesso a educação, sem discriminação, com acomodações e estrutura física para satisfazer tais necessidades das pessoas com deficiência.

Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) dispõe no seu artigo 58 que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais²”.

Nos incisos deste artigo afirma:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

² Para qualquer tipo de deficiência. De acordo com o texto, termo “pessoas portadoras de deficiência” será substituído por “pessoas com deficiência”. Com base na decisão do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publicado no Diário Oficial da União 22/02/2011.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (LDBEN, 1996, p. 43).

De acordo com esta lei, a escola deve oferecer suporte para atender a demanda de pessoas com deficiência. Mesmo quando não for possível, o atendimento deve acontecer em unidades específicas. E o mais importante é que deve iniciar desde os primeiros anos de vida.

O artigo 59 dispõe que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDBEN, 1996, p. 44).

Este artigo determina que as escolas se organizem física, humana e pedagogicamente para atender ao público que tem deficiências, bem como, prepará-los para inserção no mercado de trabalho.

No artigo 60, os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecem alguns critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Por fim, o Parágrafo único apresenta que “O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”.

Deste modo, independente do apoio recebido ou não por estas instituições, faz-se necessário o atendimento às pessoas com deficiência. No entanto, sabe-se que quando a estrutura física e humana da escola não colabora com a assistência as pessoas com deficiência, o acesso torna-se inviável, causando algumas vezes, a falta de estímulos a essas pessoas.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no artigo 54 diz que:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (ECA, 1990, p. 41).

Neste sentido, este é mais um documento legal que determina o direito a educação, em especial a terceira parte deste artigo que trata do atendimento especializado as pessoas portadoras de deficiência, inclusive no ensino regular.

2.3 Concepções e Princípios da Educação Inclusiva

A educação inclusiva pode oferecer a visão estrutural e cultural necessária para começar a reconstruir a educação voltada para a inclusão de pessoas portadoras de deficiências.

No Brasil, a educação pública é relativamente nova, para as pessoas com deficiência. Esse tempo é ainda mais recente, pois, só a partir do século XIX com a primeira Constituição brasileira, o interesse do país pela educação de todos os brasileiros começa a aparecer de forma imprecisa e pouco democrática, já que excluía a grande massa de trabalhadores escravos, e nenhuma referência fazia aos alunos com deficiência. Só há bem pouco tempo, principalmente a década de 90, as pessoas com deficiência puderam colher os frutos de uma história de luta em prol de seus direitos, entre eles o direito a educação.

O princípio da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiência devem ser atendidas de acordo com suas necessidades. Neste sentido, é necessário um trabalho de sensibilização da comunidade, a formação de profissionais da educação, a elaboração de projetos que ampliem e inovem o

atendimento dessas pessoas, divulgação da Declaração de Salamanca e outros documentos congêneres, que permitem esclarecer as dúvidas e prestar informações em relação as necessidades das pessoas com deficiência.

Neste contexto, é necessário analisar se o ambiente de aprendizagem é favorecedor, se existe oferta de recursos didáticos que são considerados essenciais para estimulação e acompanhamento das pessoas com deficiência. Além disso, os currículos e as estratégias de ensino devem está adequado à realidade dos alunos com deficiência para que sejam tratados com respeito e igualdade.

Uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas que tem algum tipo de deficiência. A inclusão social é uma medida de ordem econômica, uma vez que as pessoas com deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres.

3 A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E LETRAMENTO PARA O AVANÇO E APRENDIZAGEM

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço de apoio pedagógico para complementar e/ou suplementar as adaptações e os conhecimentos dos educandos com deficiência.

Esse serviço é oferecido no município há cerca de dois anos. Somente nesta escola tem quarenta e dois alunos com deficiência no qual dez são portadores de deficiência auditiva. Nas demais escolas, os alunos com deficiência buscam auxílio no AEE no contra turno da escola regular.



Figura 1: Entrada da sala do AEE.
Fonte: Arquivo da autora, 2014.



Figura 2: Sala de aula do AEE.
Fonte: Arquivo da autora.

O objetivo do AEE é complementar os conhecimentos prévios dos educandos, e ainda, tornar acessível os recursos de tecnologia assistiva para os mesmos. Além disso, procura valorizar seus artefatos culturais.

No processo de educação e letramento, o AEE se adequa a realidade de cada educando, bem como valoriza o ser de forma íntegra. Incentivando o conhecimento e valorização de sua língua, a formação e a construção de sua própria identidade, a valorização e reconhecimento como ser humano.

Neste contexto, observa-se que há o interesse também das políticas públicas do município em prestar tal assistência aos deficientes do município de Gurinhém. Mesmo mediante a luta da classe para conseguir incluir deficientes na escola regular, mas, é preciso uma sala de apoio para melhorar o desempenho desses alunos. Desta forma, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da

Educação Inclusiva define que o Atendimento Educacional Especializado tem a função de:

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 15)

É evidente o destaque que o texto faz em relação ao atendimento no AEE não ser uma substituição a escola regular. Esse serviço é o que permite maior autonomia para o deficiente. Neste lugar ele se sentirá capaz de vencer os obstáculos que a vida lhe impor.

De acordo com Batista e Mantoan (2005, p. 26):

O atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim, tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns [...]. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

As autoras reforçam o que já havia afirmado as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE. Neste sentido, um papel importante neste trabalho é desempenhado pelo professor, que precisa estar preparado profissionalmente, com formação continuada para atender as necessidades das pessoas que buscam o AEE para superar as dificuldades causadas por sua deficiência.

3.1 Deficiência auditiva

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (2003), o que se sabe, estatisticamente, é que 10% da população mundial, segundo estimativa da OMS

(Organização Mundial da Saúde), é portadora³ de deficiência auditiva. No Brasil, isso representaria 1,76 milhão de pessoas, segundo o último Censo.

De acordo com os dados acima citados, percebe-se que a quantidade de deficientes auditivos é bastante elevada. Pensando em relação a educação, segundo Sánchez (1990, p. 6), “assegurava-se que o potencial do surdo para a aprendizagem era igual ao do ouvinte se fosse submetido a uma educação adequada”. Pode-se considerar que é importante que a educação seja garantida como diz a Constituição Federal, mas que precisa ser pensada para atender a necessidade do surdo.

“O grau da perda auditiva e do comprometimento linguístico, bem como a época em que começou a sua Educação Especial, são alguns dos fatores que irão determinar o tipo de atendimento a ser efetuado” (MEC/SEESP, 1995). Neste contexto, vale ressaltar que além de ser adequada, a educação, vai está ligada ao período em que começou sua educação especial. Por isso, os pais precisam estar atentos aos filhos.

De acordo com as orientações da Secretaria de Ensino Especial/SEESP do Ministério da Educação e do Desporto - MEC (MEC/SEESP, 1995), que são baseadas nos diversos graus de surdez, a criança que apresentar surdez leve deverá frequentar a escola comum do ensino regular, enquanto a que apresentar surdez moderada somente deverá frequentar a escola comum do ensino regular, se receber atendimento especializado em outro período. Esse atendimento poderá ser feito de forma individual ou grupal, de acordo com as necessidades de cada criança, e em salas com recursos adequados localizadas na escola frequentada pela criança ou fonoaudiólogo.

Quanto a língua oficial utilizada pelos surdos do Brasil é LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). LIBRAS contém todos os elementos existentes nas outras línguas, possibilitando sua identificação como língua propriamente dita. Segundo estudos linguísticos realizados, língua de sinais se compara línguas orais, tendo como peculiaridade o fato de serem da modalidade gestual-visual.

³ Para qualquer tipo de deficiência. De acordo com o texto, termo “pessoas portadoras de deficiência” será substituído por “pessoas com deficiência”. Com base na decisão do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publicado no Diário Oficial da União 22/02/2011.

Desta forma, a linguagem de sinais permite a inserção dessas pessoas numa rotina, praticamente, “normal”, é claro que não é um processo instantâneo, mas que demanda tempo e dedicação, e, principalmente, força de vontade.



Figuras 3 e 4: Alfabeto e numerais em LIBRAS.
Fonte: Arquivo da Autora, 2014.

Segundo Skliar (1997, p. 271), “a língua de sinais é uma língua plena, natural, não um código artificial de comunicação e como tal deve ser pensada; é um direito dos surdos não uma concessão”.

Deste modo, o direito e a necessidade de se comunicar, de se expressar é garantido. Embora a maioria dos surdos tenham familiares ouvintes, é neste momento em que a família precisa está cada vez mais junto do deficiente, aprender e compreender a Linguagem de Sinais para melhor se comunicar e incentivá-lo a vencer as barreiras, o preconceito e o medo de não conseguir.

4 METODOLOGIA

A pesquisa não pode ser apenas um ato intuitivo do pesquisador, ao contrário como aponta Richardson (1985, p. 35) “exige submissão, tanto ao método como aos recursos da técnica”. Desta forma, é necessário seguir o método como um guia para estudo, compreensão e solução para o problema objeto de estudo.

A metodologia adotada privilegiou a pesquisa empírica e a observação participante, com trabalhos de campo, coleta de dados e entrevistas.

O objeto de estudo é uma Escola da rede Municipal de Ensino, localizado na cidade de Gurinhém/PB. Como sujeitos estão os educandos com deficiência atendidos pelo AEE e educadores que os acompanham no atendimento especializado que foram investigados conforme técnicas aplicadas a este tipo de pesquisa.

Os procedimentos adotados para realização da pesquisa constituem-se de pesquisa de campo e bibliográfica que envolve a temática, através de instrumento constituído de entrevistas (coleta de dados). As fontes constituem parte do trabalho, possibilitando fazer uso de toda e qualquer fonte disponível.

Na primeira etapa, fez-se necessário organizar e selecionar materiais bibliográficos sobre Inclusão e pessoas com deficiência, entre outras questões relacionadas ao tema. Ainda nesta fase, foram coletados dados específicos sobre a área objeto de estudo, como já havia um conhecimento prévio da área de estudo no contexto atual facilitou parte da pesquisa, pois faz parte da rotina de trabalho da pesquisadora.

Na segunda etapa, trabalha-se com pesquisa de campo, através de entrevistas com professores e alunos da primeira fase do ensino fundamental, procedimento considerado essencial devido à importância para atingir o objetivo proposto na pesquisa.

Metodologicamente, algumas técnicas foram utilizadas, mas merecem destaque as observações diretas. Como pressuposto, a observação direta ou participante baseou-se em Becker (1999) o qual afirma que “Na observação participante o pesquisador terá mais quantidade de dados a serem analisados. O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda” (BECKER, 1999, p. 47).

Sequencialmente, foram desenvolvidos alguns procedimentos e técnicas de pesquisa tais quais:

1. Coleta de dados primários através da realização de entrevistas com professores;
2. Levantamento de dados secundários, junto a secretaria da escola.

Os resultados da junção da teoria com os procedimentos e técnicas de pesquisa permitiram a estruturação desse trabalho tal qual está descrita na sequência. Nesse contexto, a pesquisa é metodologicamente empírica e qualitativa, pois tanto a realidade estudada quanto os atores sociais envolvidos foram respeitados nessa construção material e documentada pelo trabalho de observação e sistematização dos dados.

4.1 – Universo da pesquisa

A Escola está localizada na zona urbana na cidade de Gurinhém-PB, tem como objetivo atender as necessidades educacionais das crianças da comunidade.



Figura 5: Fachada da Escola.
Fonte: Arquivo da autora, 2014.

Atualmente, sua estrutura física corresponde a nove salas de aula, uma secretaria, um laboratório de informática contendo vinte computadores, dezessete banheiros (masculino e feminino e funcionários), uma cantina, uma sala de professores, um almoxarifado, uma quadra poliesportiva e está em construção uma sala de recursos multifuncionais destinada aos alunos com deficiência.

A escola possui conselho escolar formado que conta com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, professores e diretora). Além de possuir seu Projeto Político Pedagógico (PPP). A equipe de apoio é composta por auxiliares de serviço, que executam desde a limpeza do prédio até a preparação da merenda. A proposta pedagógica que se trabalha é a interação entre o professor e o aluno. Desta forma, o professor passa a ser apenas mediador/facilitador de conteúdos do processo de ensino e de aprendizagem.

O currículo da escola obedece, a priori, a Base Nacional Comum determinada pelo Ministério da Educação. No entanto, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – e a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96 – a base comum pode ser adaptada a realidade individual de cada região ou localidade, bem como temas transversais.

4.2 Sujeitos

Como sujeitos da pesquisa serão utilizados uma amostra dos usuários que frequentam o AEE e a equipe de trabalho que serão investigados conforme técnicas aplicadas a este tipo de pesquisa.

Este estudo terá como critério o sigilo sobre dados pessoais, utilizando-se apenas das informações prestadas pelos entrevistados. Como benefício, estarão ajudando a pesquisadora a contribuir na melhoria do atendimento do AEE.

4.3 Instrumentos

O instrumento para coleta de dados será um questionário estruturado (apêndice), com o intuito de absorver o maior número possível de informações sobre o atendimento no AEE, suas implicações práticas e importância para melhor qualidade na assistência prestada.

4.4 Atuação do intérprete

O intérprete atua nas salas de aula da escola em que há necessidade. Neste caso, a escola possui dez alunos com deficiência auditiva. Todos são acompanhados pelo intérprete e no contra turno das aulas na sala regular, esses alunos são encaminhados ao AEE para o atendimento especializado.



Figuras 6 e 7: Conversa entre intérprete e aluno com deficiência auditiva.
Fonte: Arquivo da autora, 2014.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho tem como sujeitos da pesquisa três professores das salas de aula do ensino regular, um intérprete de libras do AEE e uma pessoa com deficiência auditiva que frequenta o AEE. Apenas os dados dos professores serão exibidos em forma de quadro. O intérprete e o aluno em forma de texto.

Quadro 1: Alunos com deficiência

PERGUNTA 1	PROFESSOR	RESPOSTAS
Já trabalhou com deficiente auditivo? Em caso afirmativo, sentiu dificuldade?	A	Sim. A maior dificuldade era não ter o domínio da língua de sinais para poder me comunicar com ele.
	B	Sim. Minha dificuldade foi porque não conseguia entender algumas coisas que ele tentava expressar, nem tão pouco conseguia identificar o nível de aprendizagem do mesmo.
	C	Sim. Não senti dificuldade porque já existia o intérprete de libras, que facilitava o entendimento do aluno. O que é muito importante porque eu não tenho o domínio da linguagem brasileira de sinais.

Observa-se que todos os professores já trabalharam com deficientes auditivos. Mas, apenas um professor não sentiu dificuldade porque havia um intérprete de libras, o que tornava eficaz o conhecimento pedagógico na vivência, professor e aluno. A presença do professor de libras facilita o trabalho do professor que tem alunos com deficiência auditiva. Acredita-se que a ausência do intérprete de libras pode ser a maior dificuldade para o acompanhamento e desenvolvimento dos surdos inseridos nas escolas regulares, o fato de professores não dominarem a língua de sinais, torna necessário a presença de intérpretes de libras nas salas e acompanhamento contínuo para alunos com deficiência auditiva no AEE.

Quadro 2: Quanto a prática pedagógica

PERGUNTA 2	PROFESSOR	RESPOSTAS
Utilizava-se de recursos didáticos que facilitassem o entendimento dos deficientes?	A	Sim. Geralmente, recortes com palavras e gravuras para associação.
	B	Sim. Foi necessário refazer o plano de aula para tentar inserir algo que ele pudesse participar e interagir.
	C	Sim. Utilizei de vídeos que tinham a legenda para facilitar o entendimento, apesar que, com o intérprete ficou muito mais fácil.

Os dados aqui apresentados mostram que a rotina da sala de aula, dos professores são alteradas com a presença de pessoas com deficiência. Visando a valorização do mesmo no sentido de que somos diferentes e não desiguais, há um interesse em fazer a diferença, em acolhê-los ainda que seja dispendioso e mais trabalhoso. É essa a ideia de inclusão que todos os professores devem ter em relação aos alunos que tem algum tipo de deficiência.

Quadro 3: Importância do AEE

PERGUNTA 3	PROFESSOR	RESPOSTAS
Em sua opinião, o AEE tem ajudado os deficientes da escola? Por que?	A	Sim. Porque o aprendizado lá é especializado e eles podem trocar experiências com outros deficientes.
	B	Sim. Porque eles podem aprender a linguagem deles, tirar dúvidas que eu não posso tirar.
	C	Sim. É um apoio muito importante para os deficientes e para a família. Porque realiza atividades de acordo com cada deficiência. Eles estão muito satisfeitos.

Esse apoio é muito importante para qualquer deficiente. Por mais atenção que eles venham receber na sala de aula do ensino regular, mas não se compara com o atendimento no AEE. Neste ambiente são vários tipos de deficiência que juntos tem o suporte necessário a educação inclusiva.

Quanto ao intérprete do AEE, durante a entrevista, ele afirma que antes do atendimento especializado, os profissionais da educação se utilizavam de técnicas de ensino precárias para trabalhar com estes alunos. Além de deficientes auditivos, também são assistidos deficientes visuais, síndrome de down, entre outros.

O intérprete ainda destacou outro fator importante é que o direito assegurado pela Lei 10.436, Decreto 5.626. Esta lei dispõe sobre a linguagem brasileira de sinais.

Em relação ao aluno com deficiência auditiva, foi mais uma conversa com o apoio do intérprete. Ele estava bastante satisfeito com o AEE, disse que é um momento de aprendizado e de conquistas. Tem se superado a cada dia e que se sente bem acolhido na sala de aula regular, já que consegue interagir, viver e conviver com outros surdos. Também ressaltou que sente-se acolhido pela escola, pelos professores e pelos colegas de sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho confirma que ainda existem professores despreparados para assumir uma turma com alunos deficientes auditivos, não por má vontade, mas pela dificuldade em aprender Libras. Muitas vezes isso se deve a não haver incentivo por parte da Secretaria de educação ou falta de tempo dos professores em se dedicar ao curso.

Porém, essas dificuldades não impedem a inserção dos surdos nas salas de aula regular, já que é um direito assegurado por lei, no qual a escola deve oferecer um intérprete de libras nas salas onde tem deficiente auditivo.

Para o aluno surdo ser incluído na sala de aula regular com ouvintes, é preciso dominar a linguagem oral, mas ocorre a partir do domínio de libras. Senão não haverá interação com a aula, o professor e os outros alunos.

A escola objeto de estudo tem desempenhado seu papel, viabilizando a escolarização de alunos surdos em um turno e no outro turno tem o atendimento educacional especializado - AEE. Esse atendimento é desenvolvido por pessoas preparadas para lidar com as várias deficiências.

A proposta aqui apresentada seria que houvesse um planejamento de conteúdos entre os professores do ensino regular, o intérprete e os monitores do AEE. Desta forma, os professores poderiam definir objetivos, traçar metas para melhorar o currículo e facilitar o aprendizado. Isso potencializa o trabalho da equipe.

Foi possível observar que existe uma valorização desses deficientes depois da criação do AEE na cidade de Gurinhém. Eles se sentem importantes e valorizados enquanto ser humano, tem oportunidades para se apresentarem, participam de desfiles cívicos, abertura de eventos, entre outros. E o mais relevante é que ocorre o aprendizado por meio da parceria entre escola regular e AEE.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina A. M.; MANTOAN, Maria Teresa E. **Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE. Ed. Salesiana, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Necessidades Educativas Especiais – NEE* In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

Lei 10.436. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 30/06/2014.

MEC. Ministério da Educação e Cultura, **Constituição Federal**. Artigo 205, 1988.

MEC. Ministério da Educação e Cultura, **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

MEC. Ministério da Educação e Cultura, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** Lei Nº. 9.394/96.

MEC/SEESP - Secretaria de Educação Especial (1995). Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Auditiva. Brasília, DF: Autor. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000219&pid=S0103-863X199700010000900026&lng=e . acesso em 28/06/2014.

SÁNCHEZ, C. Vida para os surdos. **Revista Nova Escola**, set. 1993

SASSAKI, Romeu K. **Construindo uma sociedade para todos**. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 174, 1997.

SKLIAR, Carlos. Sobre o Currículo na Educação dos Surdos. A Política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço-Informativo do INES**, Rio de Janeiro, v. 01 n. 8, dez., 1997.

APÊNDICES A**QUESTIONÁRIO - PROFESSOR**

Prezado (a) colega

Solicito-lhe a gentileza de responder as questões abaixo, que muito ajudará a compreender situações educacionais que dizem respeito a questão da inclusão de deficientes auditivos na escola regular.

Antecipadamente agradeço sua colaboração

1- Já trabalhou com deficiente auditivo? Em caso afirmativo, sentiu dificuldade?

2- Utilizava-se de recursos didáticos que facilitassem o entendimento dos deficientes?

3- Em sua opinião, o AEE tem ajudado os deficientes da escola? Por que?
